

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em Reais)

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO**, é uma Cooperativa Financeira, instituição financeira, fundada em **03/12/1991**, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIALTO** possui 8 Postos de Atendimento (PAs), sendo 4 em PIUMHI (MG) e os demais em DORESÓPOLIS (MG), CÓRREGO FUNDO (MG), CAPITÓLIO (MG) e PIMENTA (MG).

O **SICOOB CREDIALTO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

I – Prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros, com a prática de operações ativas, passivas e acessórias, cujas condições serão estabelecidas no Estatuto Social, bem como o exercício de quaisquer atividades próprias das cooperativas de crédito, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito.

II- No desenvolvimento do seu objeto social, a *Cooperativa* deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional de seus associados, tendo como base os princípios cooperativistas.

III - Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política, religiosa, racial e social.

Em 2011, ocorreu a transformação do SICOOB CREDALTO para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 05/04/2011.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, conforme Termo de Aprovação das Demonstrações Contábeis, datado de 26/07/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

#### 3. Resumo das principais práticas contábeis

##### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas, bem como os ingressos e as receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Caixa e depósitos bancários	901.633,08	669.237,56
Relações interfinanceiras – centralização financeira	57.604.834,06	54.958.746,89
<b>Total</b>	<b>58.506.467,14</b>	<b>55.627.984,45</b>

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **g) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **r) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de Junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de Junho de 2018**.

#### **4. Títulos e valores mobiliários**

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Título de Renda Fixa	2.031.322,69	3.682.097,43
<b>TOTAL</b>	<b>2.031.322,69</b>	<b>3.682.097,43</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Banco Cooperativo do Brasil.

## 5. Relações interfinanceiras

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Correspondentes no País	10.540,45	
Centralização Financeira - Cooperativas	57.604.834,06	54.958.746,89
<b>TOTAL</b>	<b>57.615.374,51</b>	<b>54.958.746,89</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	158.309,80	0,00	158.309,80	165.614,39
Empréstimos	16.916.564,70	8.366.460,20	25.283.024,90	24.502.759,90
Títulos Descontados	4.803.895,31	0,00	4.803.895,31	4.188.060,69
Financiamentos	4.498.418,02	6.828.363,43	11.326.781,45	9.016.702,90
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.147.541,03	629.424,17	22.776.965,20	23.504.602,04
Créditos por Avais e Fianças Honrados	116.005,05	0,00	116.005,05	146.399,33
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.759.743,60)	(1.124.026,31)	(2.883.769,91)	(2.258.012,09)
<b>TOTAL</b>	<b>46.880.990,31</b>	<b>14.700.221,49</b>	<b>61.581.211,80</b>	<b>59.266.127,16</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
A 0,5 % Normal	9.132.788,40	253.014,51	3.718.485,87	8.987.015,99	22.091.304,77	(110.456,52)	32.230.995,33	(161.154,98)
B 1% Normal	9.462.880,87	1.592.993,20	4.458.503,16	13.003.700,12	28.518.077,35	(285.180,77)	19.530.417,46	(195.304,17)
B 1% Vencidas	278.115,31	1.237,17	115.617,03	111.689,53	506.659,04	(5.066,59)	231.650,93	(2.316,51)
C 3% Normal	4.281.982,18	865.314,59	2.307.370,11	240.184,07	7.694.850,95	(230.845,53)	3.649.223,81	(109.476,71)
C 3% Vencidas	235.578,30	10.001,23	243.452,50	0,00	489.032,03	(14.670,96)	2.220.224,18	(66.606,73)
D 10% Normal	1.697.039,15	166.729,91	162.322,34	95.147,65	2.121.239,05	(212.123,91)	1.046.202,65	(104.620,27)
D 10% Vencidas	266.938,44	13.624,39	106.842,95	0,00	387.405,78	(38.740,58)	51.084,70	(5.108,47)
E 30% Normal	177.871,91	28.879,46	58.574,63	0,00	265.326,00	(79.597,80)	290.454,01	(85.259,15)
E 30% Vencidas	417.525,33	2.576,02	67.624,16	0,00	487.725,51	(146.317,66)	371.459,40	(89.483,03)
F 50% Normal	85.419,36	18.625,72	34.676,87	0,00	138.721,95	(69.360,98)	54.707,53	(27.353,77)
F 50% Vencidas	49.949,70	1.196,93	17.187,57	0,00	68.334,20	(34.167,10)	842.824,70	(416.614,39)
G 70% Normal	6.832,58	3.021,27	0,00	0,00	9.853,85	(6.897,70)	30.358,85	(21.251,19)
G 70% Vencidas	101.887,96	3.643,79	14.829,12	0,00	120.360,87	(84.253,45)	99.010,18	(59.306,46)

H	100 %	Normal	277.104,38	91.326,21	0,00	4.072,46	372.503,05	(372.503,05)	186.102,38	(182.721,68)
H	100 %	Vencidas	780.523,39	56.613,40	21.295,14	335.155,38	1.193.587,31	(1.193.587,31)	689.423,14	(649.726,57)
<b>Total Normal</b>			25.121.918,83	3.019.904,87	10.739.932,98	22.330.120,29	61.211.876,97	(1.366.966,26)	57.018.462,02	(887.141,92)
<b>Total Vencidos</b>			2.130.518,43	88.892,93	586.848,47	446.844,91	3.253.104,74	(1.516.803,65)	4.505.677,23	(1.289.162,16)
<b>Total Geral</b>			27.252.437,26	3.108.797,80	11.326.781,45	22.776.965,20	64.464.981,71	(2.883.769,91)	61.524.139,25	(2.176.304,08)
<b>Provisões</b>			-1.855.034,86	-233.455,68	-263.242,29	-532.037,08	-2.883.769,91		(2.258.012,09)	
<b>Total Líquido</b>			25.397.402,40	2.875.342,12	11.063.539,16	22.244.928,12	61.581.211,80		59.266.127,16	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.847.515,80	10.117.201,53	8.367.819,57	<b>22.332.536,90</b>
Financiamentos	1.350.846,13	3.147.571,89	6.828.363,43	<b>11.326.781,45</b>
Financiamentos Rurais	3.290.856,71	18.856.684,32	629.424,17	<b>22.776.965,20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.489.218,64</b>	<b>32.121.457,74</b>	<b>15.825.607,17</b>	<b>56.436.283,55</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	187.762,42	1.436.733,94	486.278,42	0,00	2.110.774,78	<b>3%</b>
Setor Privado - Indústria	174.280,00	341.532,68	525.667,67	0,00	1.041.480,35	<b>2%</b>
Setor Privado - Serviços	1.370.267,68	12.201.664,65	2.253.772,36	715.959,75	16.541.664,44	<b>26%</b>
Pessoa Física	1.349.432,62	19.542.888,76	1.510.464,39	22.061.005,45	44.463.791,22	<b>69%</b>
Outros	27.055,08	136.498,32	27.712,47	0,00	191.265,87	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.108.797,80</b>	<b>33.659.318,35</b>	<b>4.803.895,31</b>	<b>22.776.965,20</b>	<b>64.348.976,66</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	2.176.304,32	3.542.139,17
Constituições/Reversões	1.687.673,97	1.685.795,62
Transferência para prejuízo	(1.067.197,23)	(3.051.630,47)
<b>TOTAL</b>	<b>2.796.781,06</b>	<b>2.176.304,32</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.993.678,13	3,00%	1.784.878,71	3,00%
10 Maiores Devedores	11.302.682,90	18,00%	11.112.885,92	18,00%
50 Maiores Devedores	23.692.884,65	37,00%	24.914.051,67	40,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	6.818.494,82	4.246.285,32
Valor das operações transferidas no período	1.067.197,23	3.051.630,47
Valor das operações recuperadas no período	(1.083.211,89)	(469.507,62)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	29.868,46	10.657,66
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(13.537,28)	(20.571,01)
<b>TOTAL</b>	<b>6.818.811,34</b>	<b>6.818.494,82</b>

h) Operações renegociadas:

Durante o 1º semestre de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 3.747.047,90, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Créditos por Avais e Fianças Honrados	116.005,05	146.399,33
Serviços Prestados a Receber	102.426,05	72.998,21
Outras Rendas a Receber (a)	332.037,20	462.592,94
Adiantamentos e Antecipações Salariais	17.465,54	18.168,74
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.100,00	6.600,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (c)	1.132.631,22	80.000,00
Impostos e Contribuições a Compensar	125.921,23	182,76
Títulos e Créditos a Receber (b)	24.596,02	29.258,56
Valores a Receber Tarifas	17.797,16	14.499,25
Devedores Diversos – País (d)	20.525,17	385.665,23
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(95.015,83)	(107.455,38)
<b>Total</b>	<b>1.796.488,81</b>	<b>1.108.909,64</b>

a) Em Outras Rendas a Receber está registrada receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CECREMGE;

b) Em Títulos e Créditos a Receber e Provisão para Outros Créditos, esta registrado o saldo de Parcela de Operação de Repasse BNDES;

c) Adiantamentos por Conta de Imobilizações, referente aquisição de Imóvel para construção da Sede Administrativa.

d) Em Devedores Diversos no País, o saldo relevante R\$ 13.615,65, refere-se ao valor Adicional do PROAGRO.

## 8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio	739.598,39	558.395,61
(Provisões para Desvalorizações)	(2.075,39)	(105.626,02)
Despesas Antecipadas	83.091,23	100.322,89
<b>TOTAL</b>	<b>820.614,23</b>	<b>553.092,48</b>

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, Vale Refeição e Alimentação.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	1.731.969,80	1.495.500,93
Participações inst financ controlada coop crédito (Bancoob)	168.435,40	146.716,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.900.405,20</b>	<b>1.642.217,28</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	15.171,01	0,00	0%
Terrenos	643.996,71	125.969,56	0%
Edificações	560.260,97	560.260,97	4%
Instalações	70.171,42	54.904,92	10%
Móveis e equipamentos de Uso	1.041.667,05	1.020.034,99	10%
Sistema de Comunicação	125.221,00	129.427,00	10%
Sistema de Processamento de Dados	932.051,51	911.342,76	20%
Sistema de Segurança	309.851,46	258.978,30	10%
Sistema de Transporte	183.178,75	134.238,80	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(1.936.250,87)	(1.786.780,31)	
<b>TOTAL</b>	<b>1.945.319,01</b>	<b>1.408.376,99</b>	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Outros Ativos Intangíveis	393.782,85	344.209,26
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(323.591,55)	(284.847,66)
<b>TOTAL</b>	<b>70.191,30</b>	<b>59.361,60</b>

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 08 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, sendo 07 adquirida em 08/06/2009 e 01 adquirida em 13/03/2015, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	26.457.038,31	20.390.758,81
Depósito a Prazo	59.520.657,27	63.667.947,49
Letras de Crédito do Agronegócio – Pós Fixada	11.028.673,20	5.678.634,53
<b>TOTAL</b>	<b>97.006.368,78</b>	<b>89.737.340,83</b>

Os depósitos e Letras de Crédito, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos. Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.155.313,05	3,00%	2.129.475,57	3,00%
10 Maiores Depositantes	11.045.281,22	13,00%	12.471.656,42	15,00%
50 Maiores Depositantes	25.925.643,38	31,00%	27.062.181,03	33,00%

## Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.900.588,35)	(3.550.877,46)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(284.651,99)	(65.021,53)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(71.335,40)	(64.462,06)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.256.575,74)</b>	<b>(3.680.361,05)</b>

### 13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob	%	24/12/2019	10.938.603,12	14.931.828,93
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(300.818,66)	(668.256,98)
<b>)TOTAL</b>			<b>10.637.784,46</b>	<b>14.263.571,95</b>

### 14. Outras Obrigações

#### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	66.806,24	130.000,00
Resultado de Atos com Não Associados (a)	0,00	29.747,88
Cotas de Capital a Pagar (b)	478.079,62	366.255,65
<b>TOTAL</b>	<b>544.885,86</b>	<b>526.003,53</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados, e devolver solicitadas por resgate ordinário, conforme Estatuto Social.

#### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	4.501,20	3.567,79
Impostos e contribuições a recolher	157.626,25	158.864,37
<b>TOTAL</b>	<b>162.127,45</b>	<b>162.432,16</b>

#### 14.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cheques Administrativos	464,00	0,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	124.654,02	41.410,82
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (a)	751.315,84	862.179,38
Provisão Para Passivos Contingentes (b)	18.724,00	10.724,00
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	140.464,06	79.603,50
Credores Diversos – País (c)	247.303,48	937.779,71
<b>TOTAL</b>	<b>1.282.925,40</b>	<b>1.931.697,41</b>

a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal R\$ 564.073,10, e Outras Despesas Administrativas (Água, Energia, Aluguéis, Comunicações, Seguros, etc) R\$187.053,53;

b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões: Passivos Contingentes R\$ 18.724,00.



c) Refere-se Credores Diversos, tem como relevância o saldo Pendências a Regularizar R\$ 38.285,24, Convênios Concessionárias R\$ 114.086,09, Provisão de Contas a Pagar R\$ 21.409,36, Cheques Depositados R\$ 63.722,69 e entre outras R\$ 9.800,10;

## 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIALTO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 16 . Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	13.148.848,96	11.412.805,15
Associados	9.221	8.500

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, encontra-se constituída em 30/06/2018 no valor de R\$ 4.768.693,81.

### c) Fundo de Reserva de Expansão

Formado por meio de destinações de recursos oriundos das sobras de cada exercício social da Sicoob Credialto e em conformidade com os valores aprovados pelas Assembleias Gerais, em 24/03/2018 encontra-se hoje com saldo de R\$ 1.823.855,60, destina-se, para construção da Sede Administrativa do Sicoob Credialto.

### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

O saldo de R\$ 1.594.416,49, se refere ao Resultado das Sobras Acumuladas do 1º semestre de 2018.

## 17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	985.981,74	622.273,01
Despesas específicas de atos não cooperativos	(196.574,40)	(136.492,72)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(465.541,00)	(266.433,55)
Resultado operacional	323.866,34	219.346,74
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	7.539,51	16.518,96
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	331.405,85	235.865,70
Imposto de Renda Contribuição Social	(61.231,07)	(34.828,39)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	270.174,78	201.037,31

## 18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	33.374,84	10.376,80
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	49.063,15	0,00
Reversão de Outras Provisões Operacionais	10.376,29	0,00

Rendas Juros Cartão de Crédito	154.545,71	140.024,06
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	30.064,82	31.496,64
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	48.679,25	24.880,50
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	89.785,83	35.600,67
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	81.173,52	58.076,64
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	24.465,76	15.562,59
Atualização de Depósitos Judiciais	0,00	53,51
Dividendos	17.394,41	16.243,09
Distribuição de Sobras da Central	162.515,14	0,00
Outras Rendas Operacionais	17.761,12	130.974,98
<b>TOTAL</b>	<b>719.199,84</b>	<b>463.289,48</b>

### 18.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	193.349,25	215.129,41
Rendas de Empréstimos	3.198.547,54	3.437.159,07
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	514.057,51	509.192,57
Rendas de Financiamentos	1.211.618,04	918.239,33
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	732.930,74
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	829.454,44	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	271.804,53	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	98.131,70	0,00
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	532.499,81
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.468,43	9.794,48
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	86.535,82	318.717,94
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	363.936,05	378.108,21
<b>TOTAL</b>	<b>6.799.903,31</b>	<b>7.051.771,56</b>

### 19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Perdas Fraudes Externas 89019	(2.370,42)	(1.218,04)
Perdas Práticas Inadequadas 89021	(1.850,92)	(6.232,89)
Custos com Portabilidade RCO 89035	(223,40)	(216,00)
Despesas de Descontos Concedidos 8458 8459	(1.864,56)	0,00
Descontos concedidos – Operações de Crédito 8483	(4.309,14)	(19.279,77)
Cancelamento Tarifas Pendentes 8502	(16.502,20)	(11.339,60)
Outras – Despesas de Provisões Operacionais 8494 8495 8499 8517 8536 8541	(1.046,24)	(1.379,42)
Contribuição Fundo Ressarc. Fraudes Externas 89016	(2.683,77)	0,00
Contribuição Fundo Ressarc. Perdas Operacionais 89017	(1.248,78)	0,00
Isenção de Juros – Cheque Especial e Conta Garantida PLUS 89036 89037	(8.376,54)	0,00
Contribuição Fundo Tecnologia da Informação 89038	(75.639,72)	(74.164,71)
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa – Garantias Prestadas 89051	(50.232,54)	0,00
Outras Provisões Operacionais	(18.000,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>(184.348,23)</b>	<b>(113.830,43)</b>

### 20. Dispêndios da Intermediação Financeira,

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(2.256.575,74)	(3.680.361,05)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(375.601,20)	(510.229,81)
Provisões para operações de crédito	(806.506,12)	(685.523,69)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.438.683,06)</b>	<b>(4.876.114,55)</b>

### 20.1 Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	40.127,28	20.547,54
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(30.694,20)	0,00
(-) Perdas de Capital	(1.893,57)	(4.028,58)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7.539,51</b>	<b>16.518,96</b>

### 21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no encerramento do primeiro semestre de 2018:

<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
<b>R\$ 42.000,00</b>	0,08%
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
<b>R\$ 656.166,59</b>	1,83%

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2018:

<b>OPERAÇÕES ATIVAS</b>			
<b>NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>	<b>PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)</b>	<b>% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL</b>
<b>Cheque Especial</b>	499,76	5,35	0,00%
<b>Conta Garantida</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Crédito Rural</b>	0,00	0,00	0,00%
<b>Empréstimo</b>	0,00	0,00	0,00%
<b>Financiamentos</b>	85.434,40	854,35	0,13%
<b>Títulos Descontados</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>85.968,91</b>	<b>859,70</b>	

<b>OPERAÇÕES PASSIVAS</b>		
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>% em relação à carteira total</b>	<b>Taxa Média - %</b>
<b>R\$ 4.186.165,18</b>	6,05%	92% CDI
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>% em relação à carteira total</b>	<b>Taxa Média - %</b>
<b>R\$ 137.978,35</b>	0,52%	0%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

<b>NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS</b>	<b>TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS</b>	<b>TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA</b>
Cheque Especial	5,00% a 5,50% a.m.	5,00% a 5,50% a.m.
Conta Garantida	3,00% a 3,50% a.m.	3,00% a 3,50% a.m.
Desconto de Cheques	1,65% a 1,90% a.m.	1,65% a 1,90% a.m.
Empréstimos	0,45% + 100%do CDI a 3,00%	0,45% + 100%do CDI a 3,00%
Crédito Rural - RPL	0,90% a 1,75% a.m.	0,90% a 1,75% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 6,50% a.a.	2,50% a 6,50% a.a.
Aplicação Financeira RDC	96,00% a 100,00% CDI	96,00% a 100,00% CDI

Aplicação Financeira LCA	89,00% CDI	89,00% CDI
--------------------------	------------	------------

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	Aval
Conta Garantida	Aval
Crédito Rural	Aval
Empréstimo	Aval
Títulos Descontados	Aval

No 1º semestre de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	(308.949,96)
Encargos Sociais	(60.216,67)

## 22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldo das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira	57.615.374,51	54.958.746,89
Ativo Permanente - Investimentos - Central Cecremge	1.900.405,20	1.495.500,93
Ativo Permanente - Investimentos - Bancoob	168.435,40	146.716,35
Passivo circulante e não circulante - Relações interfinanceiras	10.637.784,46	14.263.571,95

O SICOOB CREDIALTO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31/12/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/02/2018, com opinião sem modificação.

## 23. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente desde de fevereiro de 2018.

### 23.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Credialto, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Credialto, aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o Sicoob Credialto possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

### 23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIALTO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira, de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
  - 1) valor em Risco (*Value at Risk – VaR*);
  - 2) limites máximos de risco de mercado;
  - 3) cenários de stress para risco de mercado;
  - 4) limite mínimo de liquidez;
  - 5) cenários de stress para risco de liquidez.
- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

### **23.3 Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

### **23.4 Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDIALTO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

#### **24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas**

Em **30 de Junho de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 10.516.150,99 (30/06/2017 – R\$ 9.193.528,42, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

#### **25. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### **26. Índice de Basileia**

O Patrimônio de Referência (PR) no valor de R\$ 19.973.719,53, da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos com percentual de utilização de **22,52%**, em 30 de junho de 2018.

#### **27. Contingências Passivas**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIALTO**, não existem processos judiciais em que figura como pólo passivo, classificados como perdas possíveis

#### **28. Benefícios a empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, entidade fechada de previdência complementar.

A cooperativa é responsável pelo recolhimento das contribuições dos funcionários e administradores, denominada contribuição normal básica mensal, definida por cada participante (funcionário e administradores), bem como pelo recolhimento das contribuições realizada pela própria cooperativa em favor de seus funcionários e administradores, observada regra específica de 100% (cem por cento) da contribuição normal efetuada pelo participante, limitada a 3% (três por cento) do salário de participação no plano, deduzida a taxa de administração vigente (carregamento administrativo) calculada sobre as contribuições normais básicas dos participantes e da cooperativa.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2018 totalizaram R\$ 27.639,49.

**PIUMHI-MG, 26 de Julho de 2018**

---

RIQUELME APARECIDA CAETANO SANTOS  
DIRETORA DE CONTROLES E RISCOS

---

DANILO PEREIRA DE BRITO  
DIRETOR DE NEGÓCIOS

---

VICENTE PAULO MACHADO  
Técnico Contábil  
CRC/MG nº 57.835/O-0

